



Secretaria do
Meio Ambiente e
Proteção Animal



EXPEDIENTE

GOVERNADOR

IBANEIS ROCHA

VICE GOVERNADORA

CELINA LEÃO

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E PROTEÇÃO ANIMAL

GUTEMBERG GOMES, Secretário de Estado

SECRETÁRIA EXECUTIVA-SECEX

ELEUTÉRIA GUERRA PACHECO MENDES

SUBSECRETÁRIO DE GESTÃO DAS ÁGUAS E RESÍDUOS SÓLIDOS-SUGARS

ANCHIETA COIMBRA

SUBSECRETARIO DE GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL

RENATO SANTANA DA SILVA

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA, secretário de estado.

SUBSECRETÁRIA DE POLÍTICAS E PLANEJAMENTO URBANO – SUPLAN

JULIANA MACHADO COELHO



EQUIPE TÉCNICA

SEMA- SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E PROTEÇÃO ANIMAL

TITAN DE LIMA, Diretor de Recursos Hídricos, SUGARS

ILANA SARAHA, Assessora Especial, SUGARS/DRH

SIMONE VAZ HOLANDA, Assessora Especial, SUGARS/DRH

DALIO RIBEIRO DE MENDONCA FILHO, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, SUGARS/DRH

LEONEL GENEROSO, Chefe da ASBIO/SECEX

LORENA BOUGLEUX, Chefe da ASEST/SECEX

JESSE DE JESUS SOUSA, Gerente/SUGAT

SEDUH - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DF

CAMILA DE CARVALHO PIRES LAMMERS, Assessora Especial, SUPLAN/SEDUH

SILVIA BORGES DE LÁZARI, Assessora Especial, SUPLAN/SEDUH

JOSÉ MÁRIO PACHECO JUNIOR, Coordenador de Planejamento e Sustentabilidade Urbana, COPLAN/SEDUH

DOMINIQUE CORTÊS DE LIMA, Assessora, COPLAN/SEDUH

JESSICA COSTA SPEHAR, Diretora de Monitoramento e Estudos Territoriais,

DIMOT/SEDUH

CAESB- COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL

VLADIMIR DE A. PUNTEL FERREIRA, Superintendente de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - RMA

HENRIQUE CRUVINEL BORGES FILHO, gerencia de bacias de mananciais, RMAM

SUMÁRIO

2 COMITÊ DE MONITORAMENTO DE ÁREAS DE PROTEÇÃO DE MANANCIASIS (APMs)	9
3 DIAGNÓSTICO APMs DO DISTRITO FEDERAL	11
4 APMs	12
4.1 APM Alagado	12
4.2 APM Crispim	14
4.3 APM Currais	16
4.4 APM Engenho das Lajes	17
4.5 APM Olho D'água	19
4.6 APM Pedras	20
4.7 APM Ponte de Terra	21
4.8 APM Ribeirão do Gama	23
4.9 APM Barrocão	24
4.10 APM Capão da Onça	26
4.11 APM Brejinho	28
4.12 APM Contagem	29
4.13 APM Corguinho	31
4.14 APM Fumal	32
4.15 APM Mestre D'Armas	34
4.16 APM Paranoazinho	35
4.17 APM Pipiripau	37
4.18 APM Quinze	38
4.19 APM São Bartolomeu (Parte Norte)	40
4.20 APM São Bartolomeu (Parte Sul)	40
4.21 APM Bananal	41
4.22 APM Cabeça de Veado	43
4.23 APM Cachoeirinha	44
4.24 APM Santa Maria	45
4.25 APM Taquari	46
4.26 APM Torto	48

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Distribuição de Processos por Área de APM.	10
Figura 2 - Localização das APMs no Distrito Federal.	11
Figura 3 - APM Alagado.	13
Figura 4 - APM Crispim.	14
Figura 5 - APM Currais.	16
Figura 6 - APM Engenho das Lajes.	17
Figura 7 - APM Olho D'água.	19
Figura 8 - APM Pedras.	20
Figura 9 - APM Ponte de Terra.	21
Figura 10 - APM Ribeirão do Gama.	23
Figura 11 - APM Barrocão.	24
Figura 12 - APM Capão da Onça.	26
Figura 13 - APM Brejinho.	28
Figura 14 - APM Contagem.	30
Figura 15 - APM Corguinho.	31
Figura 16 - APM Fumal.	32
Figura 17 - APM Mestre D'Armas.	34
Figura 18 - APM Paranoazinho.	35
Figura 19 - APM Pipiripau.	37
Figura 20 - APM Quinze.	39
Figura 21 - APM São Bartolomeu (Norte).	40
Figura 22 - APM São Bartolomeu (Sul).	41
Figura 23 - APM Bananal.	41
Figura 24 - APM Cabeça de Veado.	43
Figura 25 - APM Cachoeirinha.	44
Figura 26 - APM Santa Maria.	45
Figura 27 - APM Taquari.	47
Figura 28 - APM Torto.	48

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Problemas e o que fazer da APM Alagado.....	13
Tabela 2 - Problemas e o que fazer da APM Crispim.....	15
Tabela 3 - Problemas e o que fazer da APM Currais.....	16
Tabela 4 - Problemas e o que fazer da APM Engenho das Lages.....	18
Tabela 5 - Problemas e o que fazer da APM Olho D'Água.....	19
Tabela 6 - Problemas e o que fazer da APM Pedras.....	21
Tabela 7 - Problemas e o que fazer da APM Ponte de Terra.....	22
Tabela 8 - Problemas e o que fazer da APM Ribeirão do Gama.....	23
Tabela 9 - Problemas e o que fazer da APM Barrocão.....	25
Tabela 10 - Problemas e o que fazer da APM Capão da Onça.....	27
Tabela 11 - Problemas e o que fazer da APM Brejinho.....	29
Tabela 12 - Problemas e o que fazer da APM Contagem.....	30
Tabela 13 - Problemas e o que fazer da APM Corguinho.....	31
Tabela 14 - Problemas e o que fazer da APM Fumal.....	33
Tabela 15 - Problemas e o que fazer da APM mestre D'Ármas.....	34
Tabela 16 - Problemas e o que fazer da APM Paranoazinho.....	36
Tabela 17 - Problemas e o que fazer da APM Pipiripau.....	37
Tabela 18 - Problemas e o que fazer da APM Quinze.....	39
Tabela 19 - Problemas e o que fazer da APM Bnal.....	42
Tabela 20 - Problemas e o que fazer da APM Cabeça de Veado.....	44
Tabela 21 - Problemas e o que fazer da APM Cachoeirinha.....	45
Tabela 22 - Problemas e o que fazer da APM Santa Maria.....	46
Tabela 23 - Problemas e o que fazer da APM Taquari.....	47
Tabela 24 - Problemas e o que fazer da APM Torto.....	49

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

As Áreas de Proteção de Mananciais (APMs) no Distrito Federal (DF) foram estabelecidas como parte do Plano Diretor de Ordenamento Territorial, por meio da Lei Complementar nº 803 de 2009. Essas áreas têm o propósito fundamental de proteger e gerir os recursos hídricos que abastecem a população, assegurando a qualidade e disponibilidade das águas. (CODEPLAN. 2023)

As APMs são delimitadas em locais que possuem uma relação direta e imediata com os mananciais de água destinados ao consumo humano, como bacias de drenagem e áreas de recarga de aquíferos. A sua criação envolveu a identificação precisa dessas áreas-chave, considerando fatores hidrogeológicos, de captação e de qualidade da água, bem como aspectos socioambientais. Realçando a singularidade e a relevância dessas áreas para a segurança hídrica da região. Isso implica a aplicação de normas específicas para a ocupação e uso do solo, garantindo sua compatibilidade com os objetivos de manutenção e melhoria da qualidade hídrica (CAESB,2020).

De acordo com o Art. 99, da Lei Nº 803 de 2009 (PDOT), a gestão e o monitoramento das Áreas de Preservação Permanente (APMs) são atribuições do órgão gestor do desenvolvimento territorial e urbano, bem como do órgão gestor da política ambiental do Distrito Federal, conforme alterações promovidas pela Lei Complementar 854 de 15/10/2012. O parágrafo terceiro, § 3º, ressalta que a gestão das APMs deve estar integrada ao processo de gestão de bacias hidrográficas.

Nesse contexto, a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), promulgada também em 1997, atribui competências à União, Estados, Distrito Federal e Municípios, estabelecendo um modelo de gestão descentralizado e participativo com o objetivo de assegurar os usos múltiplos das águas. Esta legislação delinea diretrizes gerais de ação, destacando a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental e a gestão do uso e ocupação do solo.

A Política de Recursos Hídricos do Distrito Federal, Lei nº 2.725, de 13 de junho de 2001, reafirma os princípios estabelecidos na PNRH: a gestão dos recursos hídricos descentralizada e participativa com a gestão do Poder Público, usuários e das comunidades e cria o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Distrito Federal.

A revisão do PDOT e suas atualizações, traz no art. 99, citado a seguir, novas disposições, atribuindo a gestão e o monitoramento das APMs aos órgãos gestores do desenvolvimento territorial e urbano e da Política Ambiental do Distrito Federal, atualmente, a SEDUH e a SEMA:

Art. 99. A gestão e o monitoramento das APMs competem ao órgão gestor do desenvolvimento territorial e urbano e ao órgão gestor da política ambiental do Distrito Federal. (Caput com a redação da Lei Complementar nº 854, de 2012.)

§ 1º Deverão cooperar com os órgãos gestores os órgãos responsáveis pela política rural do Distrito Federal e o órgão gestor da fiscalização, bem como a Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal – ADASA/DF e a concessionária de serviço público autorizada e responsável pela captação.

§ 2º Os órgãos gestores estabelecerão o programa anual de gestão das APMs, incluindo ações de monitoramento e de educação ambiental, com a participação dos órgãos citados no § 1º deste artigo e de entidades representativas das comunidades nelas residentes. §

3º A gestão das APMs deverá estar integrada com o processo de gestão de bacias hidrográficas.

Nota-se que a **SEAGRI**, a **ADASA/DF**, a **CAESB** e a **AGEFIS**, devem cooperar com o Comitê de Gestão das APM em especial no apoio técnico e de fiscalização. Além disso, estes órgãos podem colaborar em outras atividades, a exemplo da educação ambiental, assim como na elaboração de planos anuais de gestão das APM.

Quanto aos usos das APM, o PDOT 2009 destina para as bacias hidrográficas com APMs, à montante das áreas de captação, à promoção do uso sustentável e proíbem atividades de impacto significativo sobre os recursos hídricos, além de práticas potencialmente poluidoras ou geradoras de risco à captação, condicionando, dessa forma, à análise, preferivelmente de forma prévia, da CAESB e do IBRAM sobre a possibilidade de prejuízo à captação e ao nível de impacto gerado pelas atividades.

O PDOT 2009 proíbe o parcelamento do solo urbano e rural, mas inclui áreas de regularização e adequação de parcelamentos regulares já existentes

em assentamentos rurais consolidados ou parcelamentos urbanos isolados na Estratégia de Regularização Fundiária.

As regularizações, conforme dispõem o PDOT, são feitas por grupos de trabalho interinstitucionais específicos para elaboração de Diretrizes Urbanísticas. Este deve ser um dos aspectos a serem contemplados no Decreto proposto, considerando a necessidade de monitorar os impactos da antropização, seja de parcelamentos regulares ou irregulares, agropecuárias e demais atividades impactantes sobre as APMs.

Nesse contexto, o presente diagnóstico é fruto da cooperação entre o CGAPM- e a CAESB. É mister salientar que o diagnóstico em tela reflete o momento em que se encontra as APMs, confirmando assim o seu caráter situacional. Esse método de diagnóstico foi aprovado na 18^o Reunião do Comitê de Gestão de APM na data 01/02/2024.

No diagnóstico, estão detalhadas a localização de cada Área de Proteção de Mananciais (APM), sua extensão, perímetro, bem como informações sobre Outorga e Licenciamento Ambiental dos pontos de captação da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (CAESB). Além disso, são identificados os principais problemas enfrentados por cada APM, acompanhados de propostas de soluções.

Assim, é fundamental compreender os atores que fazem parte, ou que devem fazer parte, da gestão e monitoramento, visando tornar eficazes as ações de controle por parte dos órgãos responsáveis, que estão definidos no Plano anual de Gestão das APMs.

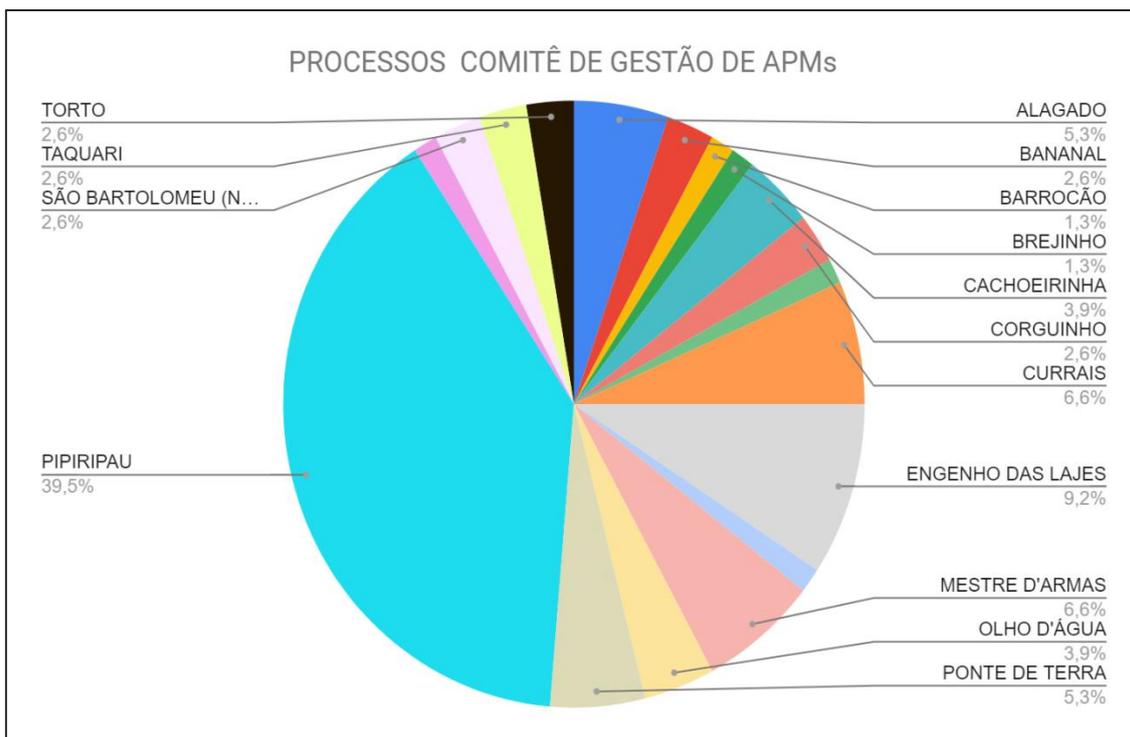
2. COMITÊ DE MONITORAMENTO DE ÁREAS DE PROTEÇÃO DE MANANCIAIS (APMs)

O Comitê de Monitoramento de Áreas de Proteção de Mananciais (APMs) do Distrito Federal desempenha um papel fundamental na gestão e proteção dos recursos hídricos em áreas de mananciais dentro do território do

DF. Criado como parte integrante do sistema de gestão de recursos hídricos, o comitê é responsável por coordenar ações, promover o planejamento e fiscalizar atividades que impactam as APMs, assegurando a proteção dessas áreas estratégicas para a disponibilidade e qualidade da água.

A instituição do Comitê de Gestão e Monitoramento de Áreas de Proteção de Manancial ocorreu por meio da Portaria Conjunta nº 04, publicada no Diário Oficial em 05 de novembro de 2020. Este órgão opera em conformidade com os artigos 95, 97 e 99 da Lei Complementar nº 803, de 05 de abril de 2009, alterada pela nº 854, de 15 de outubro de 2012, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT/DF). Desde o início de 2020, a SEMA e a SEDUH têm colaborado de maneira conjunta para resolver processos e atender às demandas provenientes das APMs. Para agilizar a resolução desses processos, foram implementadas reuniões quinzenais para análise, além de discussões sobre medidas para a estruturação do plano de monitoramento e gestão dessas áreas. No sentido de melhor gerir os trabalhos do CGAPM foi criada a unidade administrativa CGAPM (Comitê de Gestão e Monitoramento de APMs) no ambiente do Sistema Eletrônico de Informação (SEI). Esta unidade está destinada a recepcionar os processos relacionados às APMs, incluindo a análise de processos. Atualmente a unidade consta com 89 processos relacionados as APMs. A distribuição desses processos por APM está exposta a seguir por meio do Gráfico1.

Figura 1 - Distribuição de Processos por Área de APM.

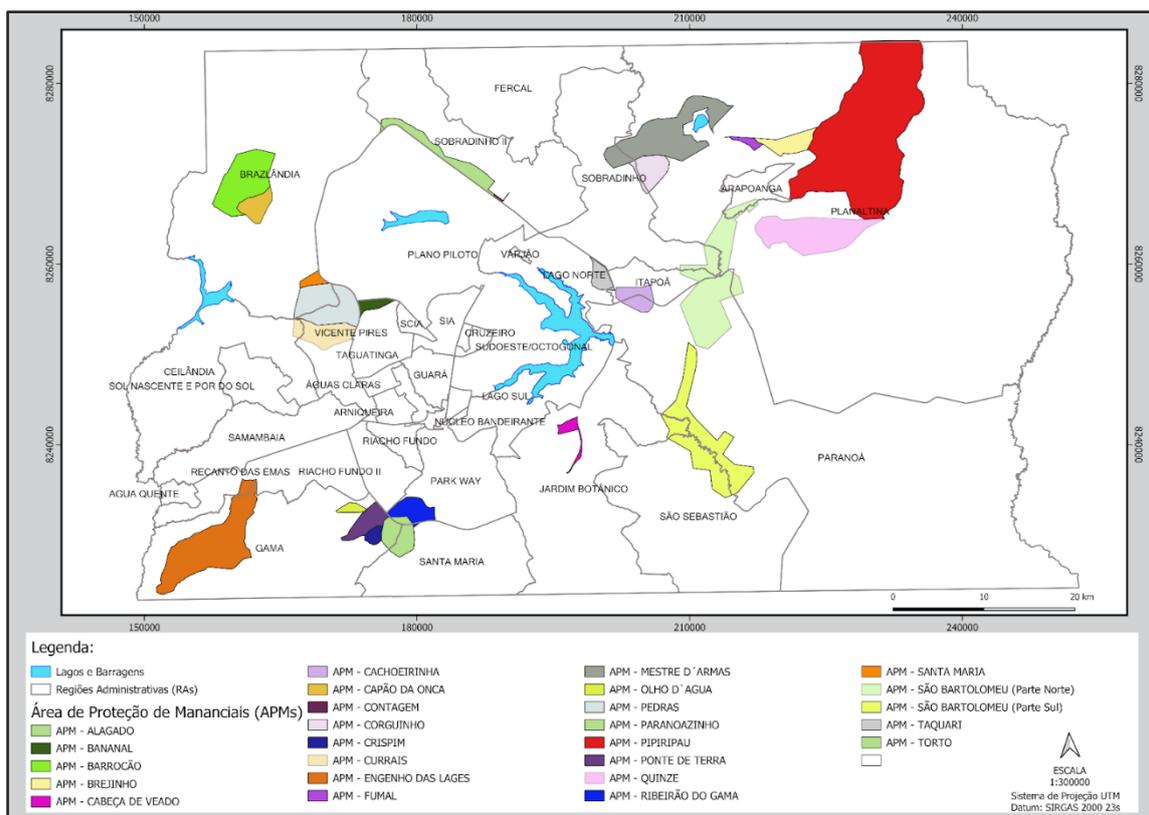


Fonte: SEI CGAPM, 2024

3. DIAGNÓSTICO APMs DO DISTRITO FEDERAL

O Distrito Federal conta com 26 APMs, que englobam diferentes regiões, a saber: Capão da Onça, Brazlândia, Currais, Pedras, Contagem, Paranoazinho, Corguinho, Mestre D'Armas, Brejinho, Quinze, Cachoeirinha, Taquari, Alagado, Catetinho, Ponte de Terra, Crispim, Olho d'Água, Fumal, Bananal, Torto/Santa Maria, Santa Maria I, Santa Maria II, Santa Maria III, Pipiripau, Futuro Lago São Bartolomeu - Jusante Paranoá e Futuro Lago São Bartolomeu - Montante Paranoá. A localização e suas nomenclaturas são apresentadas a seguir na Figura 1.

Figura 2 - Localização das APMs no Distrito Federal.



Fonte: SISDIA, 2024

As ocupações irregulares nas APMs representam um dos impactos mais significativos, uma vez que resultam na impermeabilização do solo, desencadeiam processos erosivos e exercem uma sobrecarga sobre os aquíferos, devido às captações irregulares (IPEDF, 2023). Diante desse cenário, nos últimos anos, o Governo do Distrito Federal (GDF) tem investido em tecnologias e intensificado as ações de fiscalização para conter o parcelamento irregular de terras sujeitas a restrições de uso e ocupação do solo.

4. APMs

4.1 APM Alagado

- Sistema: Descoberto
- Captação superficial: Alagado (CAP.ALG.001)
- Bacia hidrográfica: Rio Corumbá
- Ocupação Predominante: Formações Savânicas e Florestais
- Área da APM: 13,027 Km²
- Perímetro da APM: 13,338km
- Outorga: Despacho Adasa n.º 1424, 28/11/2018

- Licença Ambiental: Licença Ambiental Simplificada (LAS) n° 022/2017

Figura 3 - APM Alagado.



Fonte: CAESB 2020.

A seguir são apresentados problemas e o que fazer na Tabela 1.

Tabela 1 - Problemas e o que fazer da APM Alagado.

PROBLEMAS	O QUE FAZER?
Presença de ravinas nas estradas, em especial com declividade em direção às captações	Correção da pista e da estrutura de drenagem e contenção do escoamento

Deposição de resíduos sólidos em vários locais	Aumento dos pontos de transbordo; Aumento na frequência das coletas; Medidas administrativas punitivas, como aplicação de multas; Campanhas de educação ambiental
Invasão da área ao lado do muro do Condomínio Santos Dumont e do lixão	Atuação da DEMA e do DF-LEGAL
Danos em bacias de contenção de águas pluviais	Manutenção frequente da pista e da estrutura de drenagem e contenção de escoamento das águas pluviais
Presença de vegetação invasora ao longo dos aceiros	Aumento da frequência das roçagens e capinas nos aceiros em toda as suas extensões
Incêndios florestais	Atuação do ICMBIO e CBMDF

a. APM Crispim

- Sistema: Descoberto.
- Captação superficial: Crispim 1 (CAP.CRS.001) e Crispim 2 (CAP.CRS.002)
- Bacia hidrográfica: Rio Corumbá
- Ocupação Predominante: Formações Savânicas
- Área da APM: 2,939 Km²
- Perímetro da APM: 6,665 km
- Outorga: Despacho Adasa n.º 1421, 28/11/2018 (Vigência de 10 anos)
- Licença Ambiental: LAS n.º 022/2017 (Vigência de 10 anos)

Figura 4 - APM Crispim.



Fonte: CAESB, 2020.

A seguir são apresentados problemas e o que fazer na Tabela 2.

Tabela 2 - Problemas e o que fazer da APM Crispim.

PROBLEMAS	O QUE FAZER?
Estradas de terra com a presença de vegetação invasora nas laterais e com a ocorrência de ravinas	Roçagem e capina com mais frequência nas estradas e nos aceiros em toda a extensão. Manutenção com mais frequência das estradas e das estruturas de drenagem e contenção de escoamento das águas pluviais
Deposição de resíduos sólidos e presença de animais mortos ao longo da estrada (VC-361)	Aumento dos pontos de transbordo; Aumento na frequência de coletas; Medidas administrativas punitivas, com a aplicação de multas; Campanhas de educação ambiental
Construção de presídio feminino de menores	Atuação do governo no controle do processo de urbanização dentro da bacia visando impedir novas ocupações em função do funcionamento da unidade e programa de gestão de resíduos (DEMA,

	DF-LEGAL e SSP)
Invasão de área próximo à bica com algumas casas	Atuação da DEMA e do DF-LEGAL
Incêndios florestais	Atuação do ICMBIO e do CBMDF
Presença de vegetação invasora ao longo dos aceiros e ocorrência de ravinas	Roçagem dos aceiros em toda a extensão; Manutenção da pista e das estruturas de drenagem e contenção de escoamento das águas pluviais com mais frequência

4.3 APM Currais

- Sistema: Descoberto
- Captação superficial: Currais 1 (CAP.CRR.001)
- Bacia hidrográfica: Rio Descoberto
- Ocupação Predominante: Formações Campestre
- Área da APM: 15,038 Km²
- Perímetro da APM: 17,705 km
- Outorga: Portaria n° 571, 15/12/1995 DNAEE
- Licença Ambiental: L.O n° 086/99

Figura 5 - APM Currais.



Fonte: CAESB, 2020.

A seguir são apresentados problemas e o que fazer na Tabela 2.

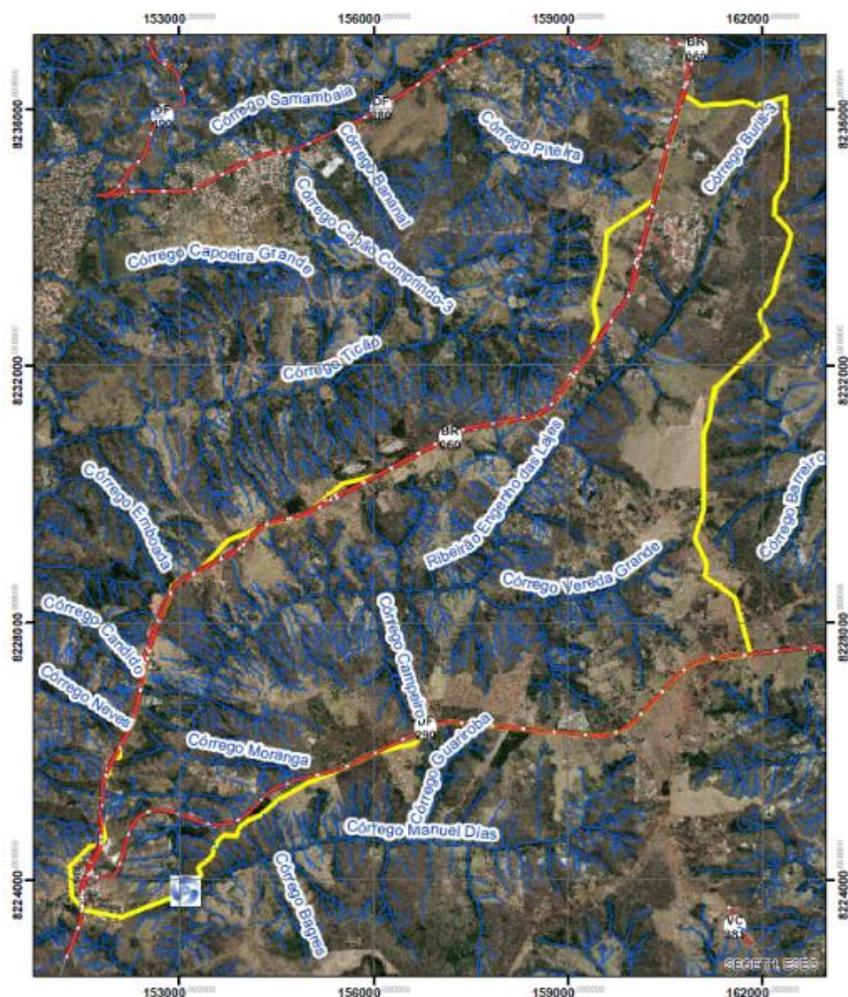
Tabela 3 - Problemas e o que fazer da APM Currais.

PROBLEMAS	O QUE FAZER?
Ocupação desordenada da terra, com urbanização por meio de condomínios	Gestão e fiscalização com articulação técnica de órgãos de fiscalização e controle territorial
	Planejamento (investimento em longo prazo)
	Projetos integrando com a sociedade e o governo (Respostas rápidas)
	Alinhamento dos órgãos distritais e federal: EMATER/ADASA/SEAGRI/CAESB/DF-LEGAL/ICMBIO
Redução da cobertura vegetal nativa	Alinhamento dos órgãos distritais e federal (EMATER/ADASA/SEAGRI/CAESB/DF-LEGAL/ICMBIO)
Fragilidade da área para recursos hídricos	
Deposição de resíduos sólidos	Aumento dos pontos de transbordo; Aumento na frequência de coletas; Medidas administrativas punitivas, com a aplicação de multas; Campanhas de educação ambiental.
Deficiência na drenagem das águas pluviais	Melhoria da rede de águas pluviais de Taguatinga e Ceilândia, anulando erosões.
Presença de ravinas e grande voçoroca das águas pluviais de Taguatinga que cruza a BR-070	Recuperação por meio da construção de dissipador ou bacia de retenção do escoamento e do plantio de plantas nativas (NOVACAP)
Captação desativada (impacto negativo na imagem da empresa) e reativação da captação	Reativação e segurança
Incêndios florestais	Atuação do ICMBIO e do CBMDF

4.4 APM Engenho das Lajes

- Sistema: Descoberto.
- Captação superficial: Engenho das Lajes 1 (CAP.ENG.001)
- Bacia hidrográfica: Rio Descoberto Médio
- Ocupação Predominante: Formações Savânicas e Agricultura
- Área da APM: 53,266 Km²
- Perímetro da APM: 41,163 km
- Outorga: Resolução da ANA n° 319, 01/09/2003 (Vigência de 20 anos)
- Licença Ambiental: LO n° 013/2007

Figura 6 - APM Engenho das Lajes.



Fonte: CAESB, 2020.

A seguir são apresentados problemas e o que fazer na Tabela 2.

Tabela 4 - Problemas e o que fazer da APM Engenho das Lajes.

PROBLEMAS	O QUE FAZER?
Direcionamento de águas pluviais da DF-290 diretamente no Engenho das Lajes	Alternativas para contenção da drenagem pluvial (NOVACAP)
Assoreamento e turbidez do Engenho das Lajes	Realização de campanhas de educação ambiental junto aos proprietários de chácaras produtivas e recreativas (EMATER e SEAGRI)
Parcelamento da terra com adensamento progressivo	Atuação da DEMA e DF-LEGAL
Presença de granjas de frangos próximo às nascentes do Engenho das Lajes	Controle e fiscalização quanto ao tratamento dos efluentes e descarte de cama de frango - SEAGRI

Invasão do Movimento Sem Terra (MST) em área da bacia	Retirada da invasão ou fiscalização e controle para impedir sua expansão (DF-LEGAL)
Resíduos sólidos ao longo das estradas de terra	Aumento na frequência de coletas; Medidas administrativas punitivas, com a aplicação de multas; Campanhas de educação ambiental.

4.5 APM Olho D'água

- Sistema: Descoberto
- Captação superficial: Olho D'água 1 (CAP.ODG.001)
- Bacia hidrográfica: Rio Corumbá
- Ocupação Predominante: Loteamento e Urbanismo
- Área da APM: 2,433 Km²
- Perímetro da APM: 7,404 km
- Outorga: DESPACHO ADASA n.º 1423, 28/11/2018
- Licença Ambiental: LAS n.º 022/2017

Figura 7 - APM Olho D'água.



Fonte: CAESB, 2020.

A seguir são apresentados problemas e o que fazer na Tabela 2.

Tabela 5 - Problemas e o que fazer da APM Olho D'Água.

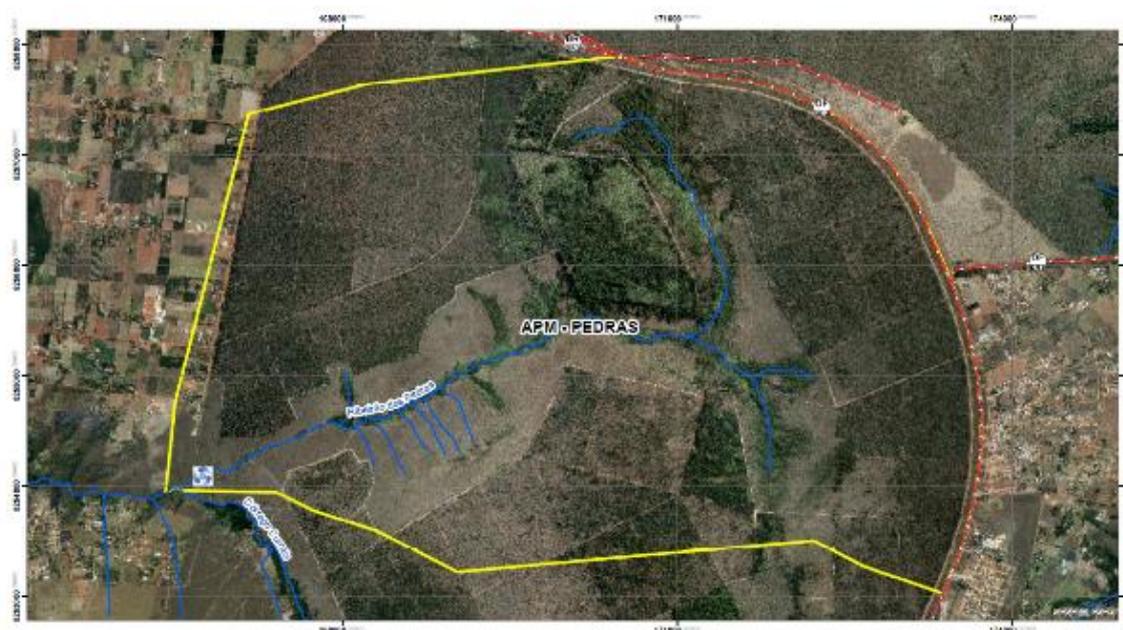
PROBLEMAS	O QUE FAZER?
-----------	--------------

Assoreamento e presença de macrófitas nas águas da barragem	Limpeza da barragem
Ocorrência de vazamentos na estrutura da barragem	Manutenção das estruturas de captação das águas pluviais
Deposição de resíduos sólidos nas margens das estradas	Aumento na frequência de coletas; Medidas administrativas punitivas, com a aplicação de multas; Campanhas de educação ambiental
Parcelamento da terra com adensamento e urbanização e sua conseqüente redução da cobertura vegetal nativa	Atuação da DEMA e do DF-LEGAL
Presença de poços de água subterrânea	Fiscalização e controle da ADASA
Incêndios florestais	Atuação do ICMBIO e do CBMDF

4.6 APM Pedras

- Sistema: Descoberto
- Captação superficial: Pedras 1 (CAP.PDR.001)
- Bacia hidrográfica: Rio Descoberto
- Ocupação Predominante: Chácaras
- Área da APM: 27,697 Km²
- Perímetro da APM: 20,913 km
- Outorga: DESPACHO ADASA n.º 046, 02/02/2010
- Licença Ambiental: L.O. n.º 086/99

Figura 8 - APM Pedras.



Fonte: CAESB,2020.

A seguir são apresentados problemas e o que fazer na Tabela 2.

Tabela 6 - Problemas e o que fazer da APM Pedras.

PROBLEMAS	O QUE FAZER?
Ravinas na estrada de acesso	Correção da pista e da estrutura de drenagem e contenção de escoamento (peitos de pombo).
Resíduos sólidos ao longo das estradas.	Aumento dos pontos de transbordo; Aumento na frequência de coletas; Medidas punitivas reais (multa); Consecução de campanhas de educação ambiental.
Lixo no córrego originado da galeria de águas pluviais	Consecução de campanhas de Educação ambiental da população da área urbana no sentido de não descartar lixo em lugares inadequados.
Degradação da nascente (ciclistas e banhistas)	Cercamento ou isolamento da nascente
Incêndios florestais	Atuação do ICMBIO e do CBMDF
Ravinas na estrada de acesso	Correção da pista e da estrutura de drenagem e contenção de escoamento (peitos de pombo).

4.7 APM Ponte de Terra

- Sistema: Descoberto
- Captação superficial: Ponte de Terra 1 (CAP.PTR.001), Ponte de Terra 2 (CAP.PTR.002) e Ponte de Terra 3 (CAP.PTR.003).
- Bacia hidrográfica: Rio Corumbá
- Ocupação Predominante: Chácaras.
- Área da APM: 9,380 Km²
- Perímetro da APM: 14,673 km
- Outorga: DESPACHO ADASA n.º 1424, 28/11/2018
- Licença Ambiental: L.O. n.º 086/99 e L.A.S n.º 022/2017 (Captações 2 e 3)

Figura 9 - APM Ponte de Terra.



Fonte: CAESB,2020.

A seguir são apresentados problemas e o que fazer na Tabela 2.

Tabela 7 - Problemas e o que fazer da APM Ponte de Terra.

PROBLEMAS	O QUE FAZER?
Campo de murundu sendo parcelado próximo ao condomínio Santa Luzia	Atuação da DEMA e AGEFIS
Erosão com ravinas profundas no campo de murundu	Recuperação da área degradada
Estradas de acesso às captações com muitas ravinas, faltam bacias	Correção da pista e da estrutura de drenagem e contenção de escoamento com manutenção constante.
Área da Caesb com cerca faltando arame ou telas (roubados)	Manutenção frequente das cercas
Passagem de pessoas e motos por mata de galeria causando erosão	Construção de uma estrutura de proteção contra efeito de compactação pela passagem de pessoas, bicicletas e motos ou muro impedindo a passagem.
Resíduos sólidos em vários pontos	Aumento dos pontos de transbordo; Aumento na frequência de coletas; Medidas administrativas punitivas, como aplicação de multas; Campanhas de educação ambiental.
Entrada de pessoas não autorizadas/banhistas nas captações	Redução das vias de circulação e instalação de placas educativas, campanhas de educação ambiental, mantendo a vigilância frequente

Vazamento nas barragens e vertedouros rachados	Manutenção das estruturas de captação em especial contra o solapamento da barragem
Turbidez elevada em época de chuva	Melhoria na drenagem da água pluvial
Ocupação desordenada / parcelamento da terra na bacia	Atuação da DEMA e da AGEFIS
Incêndios florestais	Atuação do ICMBIO e do CBMDF

4.8 APM Ribeirão do Gama

- Sistema: Descoberto
- Captação superficial: Catetinho Alto 1 (CAP.CTA.001), Catetinho Alto 2(CAP.CTA.002), Catetinho Baixo 1 (CAP.CTB.001) e Catetinho Baixo 2 (CAP.CTB.002)
- Bacia hidrográfica: Lago Paranoá
- Ocupação Predominante: Pastagem
- Área da APM: 9,958 Km²
- Perímetro da APM: 14,453 km
- Outorga: Portaria n ° 578 DNAEE
- Licença Ambiental: LO n° 086/99

Figura 10 - APM Ribeirão do Gama.



Fonte: CAESB, 2020.

A seguir são apresentados problemas e o que fazer na Tabela 2.

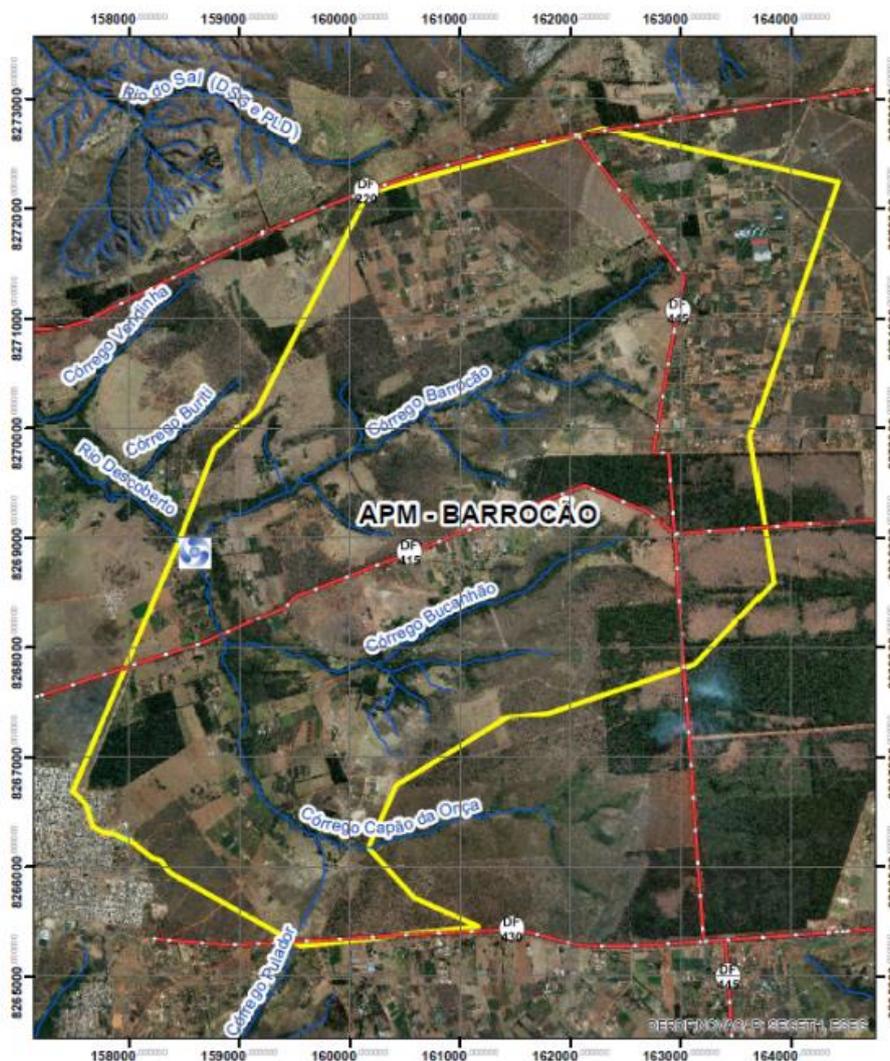
Tabela 8 - Problemas e o que fazer da APM Ribeirão do Gama.

PROBLEMAS	O QUE FAZER?
Ravinas nas estradas, em especial em direção à captação	Correção da pista e da estrutura de drenagem e contenção de escoamento
Deposição de resíduos sólidos	Medidas administrativas punitivas, como aplicação de multas; Campanhas de educação ambiental
Entradas de pessoas não autorizadas (banhistas, ciclistas e cavaleiros)	Consecução de rondas e convênio com a Polícia Militar Ambiental
Danos nas cercas (porções sem arames)	Frequência na manutenção das cercas

4.9 APM Barrocão

- Sistema: Brazlândia
- Captação superficial: Barrocão (CAP.BRC.001)
- Bacia hidrográfica: Rio Descoberto
- Ocupação Predominante: Cultivo
- Área da APM: 23,306 Km²
- Perímetro da APM: 29,392 km
- Outorga: Dnaee nº 26/05/1997
- Licença Ambiental: Carta nº 182/2008

Figura 11 - APM Barrocão.



Fonte: CAESB, 2020.

A seguir são apresentados problemas e o que fazer na Tabela 2.

Tabela 9 - Problemas e o que fazer da APM Barroço.

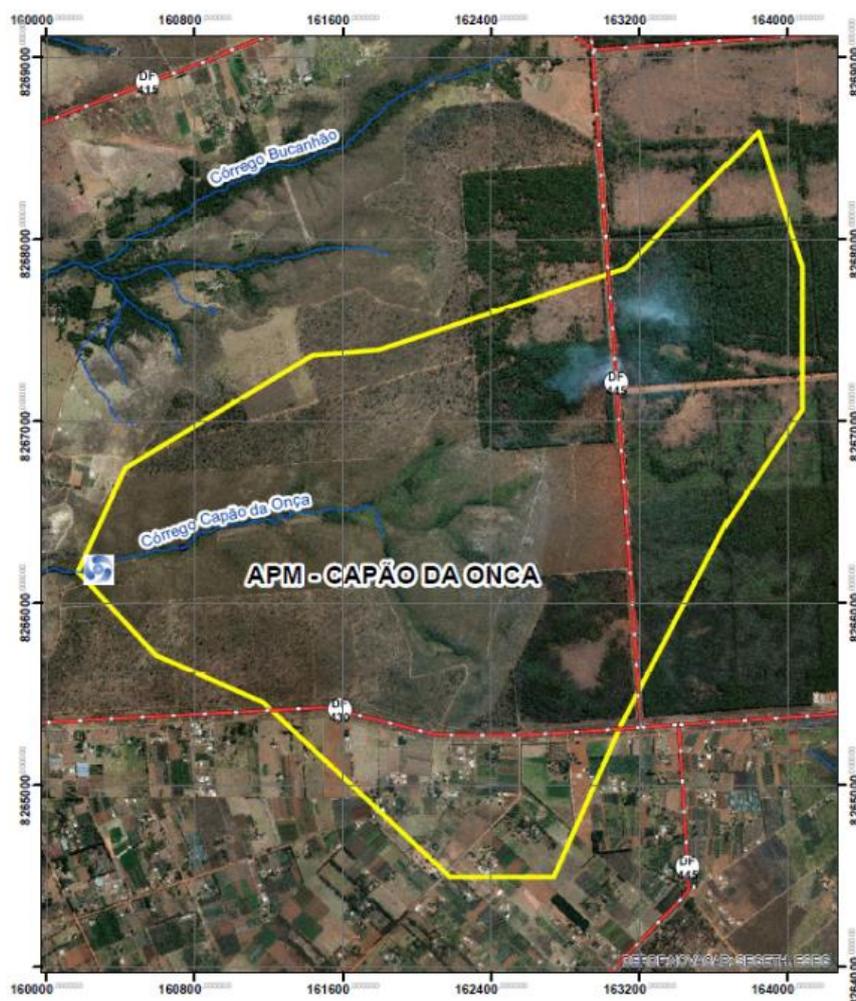
PROBLEMAS	O QUE FAZER?
Ocupação desordenada (Chamas e Betinho)	Gestão e fiscalização; Planejamento (investimento a longo prazo); alinhar órgãos distritais e federal
Desmatamento da Área de Preservação Permanente (APP).	Coibição do desmatamento, recomposição da APP e incentivo ao plantio de nativas
Aumento da área agricultável	Gestão e fiscalização
Redução da cobertura vegetal nativa.	Introdução de novas tecnologias/Fiscalização e controle (ADASA, SEAGRI e EMATER)

Tanques mal construídos ou com conservação precária.	Introdução de novas tecnologias/ Fiscalização e controle da ADASA, SEAGRI e EMATER
Irrigação com tecnologia defasada.	Introdução de novas tecnologias/ Fiscalização e controle da ADASA, SEAGRI e EMATER
Fragilidade da área para recursos hídricos.	Fiscalização e controle da ADASA
Assoreamento e turbidez.	Manutenção da infraestrutura das estradas e da estrutura de drenagem e contenção de escoamento.
Captações irregulares por meio de drenagem de regos.	Fiscalização (ADASA e IBRAM)
Incêndios florestais	Atuação do ICMBIO e do CBMDF

4.10 APM Capão da Onça

- Sistema: Brazlândia
- Captação superficial: Capão da Onça (CAP.CON.001)
- Bacia hidrográfica: Rio Descoberto
- Ocupação Predominante: Cultivo Florestal
- Área da APM: 8,236 Km²
- Perímetro da APM: 12,293 km
- Outorga: DESPACHO ADASA n.º 017, 29/01/2010
- Licença Ambiental: LO 54/2022

Figura 12 - APM Capão da Onça.



Fonte: CAESB, 2020.

A seguir são apresentados problemas e o que fazer na Tabela 2.

Tabela 10 - Problemas e o que fazer da APM Capão da Onça.

PROBLEMAS	O QUE FAZER?
Diminuição da disponibilidade de água subterrânea	Gestão de poços e regulação dos mananciais (ADASA)
Retirada de água por poços para chácaras à margem da DF-430 (Chapadinha)	Fiscalização de poços e regulação dos mananciais (ADASA)
Deposição de resíduos sólidos	Aumento na frequência de coletas; Medidas administrativas punitivas, como aplicação de multas; Campanhas de educação ambiental.
Erosões (ravinas nas estradas)	Manutenção frequente da pista e da estrutura de drenagem e contenção de escoamento.

4.11 APM Brejinho

- Sistema: Sobradinho/Planaltina
- Captação superficial: Brejinho (CAP.BRJ.001)
- Bacia hidrográfica: Rio São Bartolomeu
- Ocupação Predominante: Agricultura
- Área da APM: 894 ha
- Perímetro da APM: 16,7 km
- Outorga: DESPACHO ADASA n.º 025, 01/02/2010
- Licença Ambiental: L.A.S n.º 022/2017

Figura 13 - APM Brejinho.



Fonte: CAESB, 2020.

A seguir são apresentados problemas e o que fazer na Tabela 2.

Tabela 11 - Problemas e o que fazer da APM Brejinho.

PROBLEMAS	O QUE FAZER?
Ocorrência de ravinas nos aceiros e na estrada de acesso à captação	Correção da pista e contenção de escoamento com manutenção constante da estrutura de drenagem
Agricultura em grande escala com uso de pesticidas e agrotóxicos (Fazenda Toca da Raposa)	Fiscalização e controle (SEAGRI e EMATER)
Ausência de sinalização de hidrantes	Roçagem área do entorno dos hidrantes, pintura nova e placas indicativas
Depredação nas instalações de captação	Melhoria da vigilância de rondas
Presença de plantas invasoras na faixa de domínio da BR-020	Roçagem das faixas de domínio com mais constância ou aceiro negro
Incêndios florestais	Atuação do ICMBIO e do CBMDF

4.12 APM Contagem

- Sistema: Sobradinho / Planaltina
- Captação superficial: Contagem 1 (CAP.CNT.001) e Contagem 2 (CAP.CNT.002)
- Bacia hidrográfica: Rio Maranhão
- Ocupação Predominante: Chácaras de uso misto
- Área da APM: 39,893 Ha
- Perímetro da APM: 9,600 Km
- Outorga: RESOLUÇÃO ADASA nº 4, 12/01/2009
- Licença Ambiental: L.A.S nº 022/2017

Figura 14 - APM Contagem.



Fonte: CAESB, 2020.

A seguir são apresentados problemas e o que fazer na Tabela 2.

Tabela 12 - Problemas e o que fazer da APM Contagem.

PROBLEMAS	O QUE FAZER?
Estradas com ravinas e capim muito alto nas laterais durante parte do ano	Correção da pista e melhoria da drenagem da água de percolação. Roçagem periódica do capim das margens da pista.
Lançamento de águas pluviais dos condomínios	Monitoramento para impedir lançamento de esgoto ou água servida (CAESB)
Cerca paralela à DF-001 com pontos sem arame	Correção dos pontos abertos da cerca; Substituição dos colchetes por portão com cadeado
Adutora exposta com água volumosa fluindo por baixo da tubulação	Monitoramento para acompanhar a expansão/estabilidade do processo erosivo (CAESB)
Captação com instalações depredadas (vidros quebrados e placa pichada)	Manutenção das estruturas e rondas periódicas para impedir acesso de pessoas não autorizadas - CAESB
Presença de processos erosivos (ravinas na estrada de acesso à captação I)	Correção da pista e melhoria da drenagem da água de percolação. Manutenção das estruturas e rondas periódicas para impedir acesso de pessoas não

	autorizadas (CAESB)
Sinais de presença de pessoas estranhas	Redução da acessibilidade e fazer rondas periódicas.
Incêndios florestais	Atuação do ICMBIO e do CBMDF

4.13 APM Corguinho

- Sistema: Sobradinho/Planaltina
- Captação superficial: Córrego Corguinho (CAP.CRG.001)
- Bacia hidrográfica: Rio São Bartolomeu
- Ocupação Predominante: Formações Florestais, Savânicas e Campestre.
- Área da APM: 8,1 Km²
- Perímetro da APM: 13,494 km
- Outorga: DESPACHO ADASA n.º 027, 01/02/2010
- Licença Ambiental: LO 56/2020

Figura 15 - APM Corguinho.



Fonte: CAESB,2020

A seguir são apresentados problemas e o que fazer na Tabela 2.

Tabela 13 - Problemas e o que fazer da APM Corguinho.

PROBLEMAS	O QUE FAZER?
Presença de processos erosivos (ravinas nas estradas, em especial em direção à captação)	Correção da pista e da estrutura de drenagem e contenção de escoamento.
Resíduos sólidos em vários pontos	Aumento dos pontos de transbordo; Aumento na frequência de coletas; Medidas administrativas punitivas, como aplicação de multas; Campanhas de educação ambiental.
Invasão da área ao lado do muro do Cond. Santos Dumont e do lixão	Atuação da DEMA e DF-LEGAL
Falta de manutenção das bacias de contenção de águas pluviais	Manutenção frequente da pista e da estrutura de drenagem e contenção de escoamento.
Capim muito alto ao longo dos aceiros	Roçagem dos aceiros em toda a extensão com mais frequência
Incêndios florestais	Atuação do ICMBIO e do CBMDF

4.14 APM Fumal

- Sistema: Sobradinho/Planaltina
- Captação superficial: Fumal (CAP.FUM.001)
- Bacia hidrográfica: Rio São Bartolomeu
- Ocupação Predominante: Formações Savânica
- Área da APM: 222,349 Ha
- Perímetro da APM: 9,571949251 Km
- Outorga: DESPACHO ADASA n.º 26, 01/02/2010.
- Licença Ambiental: L.O 120/2010

Figura 16 - APM Fumal.



Fonte: CAESB, 2020.

A seguir são apresentados problemas e o que fazer na Tabela 2.

Tabela 14 - Problemas e o que fazer da APM Fumal.

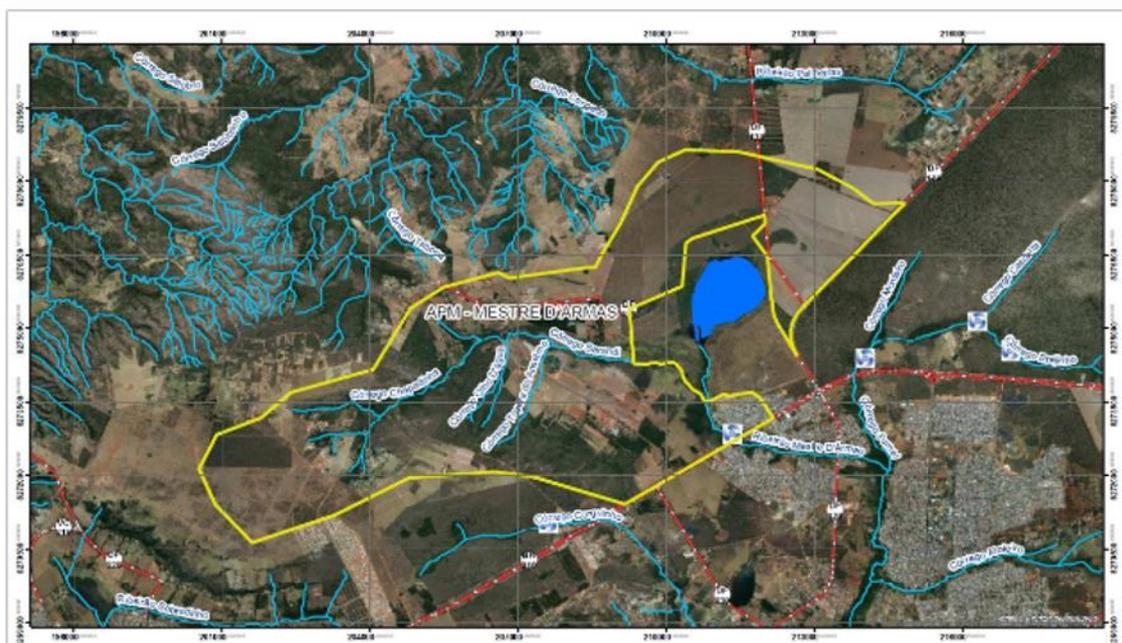
PROBLEMAS	O QUE FAZER?
Presença de processos erosivos (ravinas em alguns trechos dos aceiros)	Correção da pista e contenção de escoamento com manutenção constante da estrutura de drenagem
Deposição de resíduos sólidos	Aumento na frequência de coletas; Medidas administrativas punitivas, como aplicação de multas; Campanhas de educação ambiental
Visualização deficitária de hidrantes e retirada de hidrantes	Roçagem da área de seu entorno, pintura nova, placas de sinalização e reinstalação da unidade avariada
Presença de plantas invasoras na faixa de domínio da BR-020	Roçagem da faixa de domínio com mais constância
Deposição de resíduos sólidos na área da UnB	Consecução de ações junto à UnB para cercar a área e impedir seu uso para esse fim

Área da Terracap com vários pontos de descarte de resíduos sólidos	Consecução de ações junto à Terracap para cercar a área e impedir seu uso para esse fim
Incêndios florestais	Atuação do ICMBIO e CBMDF

4.15 APM Mestre D'Armas

- Sistema: Sobradinho/Planaltina
- Captação superficial: Mestre D'Armas (CAP.MDR.001)
- Bacia hidrográfica: Rio São Bartolomeu
- Ocupação Predominante: Área urbana e agrícola
- Área da APM: 4480,783 Ha
- Perímetro da APM: 46,438 Km
- Outorga: ADASA nº 113, 26/03/2021
- Licença Ambiental: LO nº 021/2008 – IBRAM

Figura 17 - APM Mestre D'Armas.



Fonte: CAESB, 2020.

A seguir são apresentados problemas e o que fazer na Tabela 2.

Tabela 15 - Problemas e o que fazer da APM mestre D'Ármas.

PROBLEMAS	O QUE FAZER?
Assoreamento da barragem devido à drenagem pluvial e de entulhos	Atuação mais intensa da AGEFIS, DEMA e SLU
Deposição de resíduos sólidos próximo à captação, inclusive sanitários	Atuação mais intensa da AGEFIS, DEMA e SLU
Aterro de entulho gerando novos lotes no final da rua em direção a Área de Preservação Permanente (APP)	Atuação mais intensa da AGEFIS, DEMA e SLU
Presença de oficina de lanternagem em lote invadido na Área de Preservação Permanente (APP) por aterro	Atuação mais intensa da AGEFIS, DEMA e SLU
Ocupação desordenada na Área de Preservação Permanente (APP) com barracos na área úmida	Atuação mais intensa da AGEFIS, DEMA e SLU
Presença de banhistas na barragem	Cercamento da área - CAESB
Ocorrências de extravasamento de esgoto a montante da captação	CAESB - análise do fato e correção do problema
Adensamento contínuo da região do Córrego Sarandi	Atuação da DEMA e da AGEFIS
Presença de chácaras e fazendas irrigantes	Atuação da EMATER, SEAGRI e ADASA para incentivar a utilização de técnicas de uso racional da água.
Incêndios florestais	Atuação do ICMBIO e do CBMDF

4.16 APM Paranoazinho

- Sistema: Sobradinho/Planaltina
- Captação superficial: Paranoazinho (CAP.PRZ.001)
- Bacia hidrográfica: Rio Descoberto
- Ocupação Predominante: Área preservada – REBIO Contagem
- Área da APM: 4,448 Ha
- Perímetro da APM: 4,640 KM
- Outorga: Despacho ADASA nº 212 de 25 de abril de 2017
- Licença Ambiental: L.O nº 079/99 – IEMA/DF

Figura 18 - APM Paranoazinho.



Fonte: CAESB, 2020.

A seguir são apresentados problemas e o que fazer na Tabela 2.

Tabela 16 - Problemas e o que fazer da APM Paranozinho.

PROBLEMAS	O QUE FAZER?
Vazamento na barragem	Obras de correção da estrutura da barragem
Inoperância de alarmes com sensores de presença	Manutenção e substituição de sensores não funcionais
Presença de plantas invasoras em aceiros	Roçagens laterais da estrada e dos aceiros com mais constância
Presença de aceiros intransitáveis em direção aos condomínios	Patrolamento dos aceiros em toda a extensão; Roçagem das laterais e corrigir eventuais buracos
Roçagem deficiente ao longo dos muros dos condomínios	Demandar os condomínios para a consecução da roçagem de toda a faixa ao longo dos muros
Lançamento de águas pluviais dos condomínios	Monitorar para impedir lançamento de esgoto ou água servida (CAESB)
Incêndios florestais	Atuação do ICMBIO e do CBMDF

4.17 APM Pípiripau

- Sistema: Sobradinho/Planaltina
- Captação superficial: Pípiripau (CAP.PIP.001)
- Bacia hidrográfica: Rio São Bartolomeu
- Ocupação Predominante: Cultivo
- Área da APM: 16,452 km²
- Perímetro da APM: 65,201 km
- Outorga: DESPACHO ADASA n.º 270, 04 de abril de 2018

Figura 19 - APM Pípiripau.



Fonte: CAESB, 2020.

A seguir são apresentados problemas e o que fazer na Tabela 2.

Tabela 17 - Problemas e o que fazer da APM Pípiripau.

PROBLEMAS	O QUE FAZER?
-----------	--------------

Canal Santo Dumont e irrigação das chácaras por aspersão	Tubulação do Santos Dumont - CAESB e SEAGRI; Introdução de novas tecnologias - CAESB e ADASA
Acampamento do MST ao lado da BR-020 e DF-345	Atuação da DEMA e AGEFIS
Invasão próximo a Escola Classe Estância Piriripau	Atuação da DEMA e AGEFIS
Parcelamento da terra no Piriripau II	Atuação da DEMA e AGEFIS
Deposição de resíduos sólidos ao longo das estradas	Medidas administrativas punitivas, como aplicação de multas; Campanhas de educação ambiental; Aumento da frequência da coleta.
Erosões (diversificar ravinas e algumas voçorocas na Estância Piriripau II)	Correção da pista e contenção de escoamento com manutenção constante da estrutura de drenagem
Presença de processos erosivos (ravinas nas estradas de terra)	Correção da pista e contenção de escoamento com manutenção constante da estrutura de drenagem
Mineração muito próximo à nascente (GO)	Monitoramento (CAESB)
Aumento da área agricultável; Redução da cobertura vegetal nativa em GO	Programa Produtor de Águas ampliar sua ação até a nascente, em Goiás
Clubes e chácaras de lazer a montante da captação	Consecução de campanhas de educação ambiental
Presença de criação animais: equino, bovino, suíno e avicultura	Gestão, controle e monitoramento de resíduos
Turbidez nos córregos Maria Velha e Sítio Novo	Monitoramento da CAESB quanto à drenagem das estradas e uso do solo nas chácaras e fazendas.
Turbidez e transporte de sedimentos no Piriripau	Monitoramento da CAESB quanto à drenagem das estradas e uso do solo nas chácaras e fazendas.
Incêndios florestais	Atuação do ICMBIO e do CBMDF

4.18 APM Quinze

- Sistema: Sobradinho / Planaltina / Vale do Amanhecer
- Captação superficial: Quinze (CAP.CQZ.001)
- Bacia hidrográfica: Rio São Bartolomeu
- Ocupação Predominante: Agricultura
- Área da APM: 39,017 km²
- Perímetro da APM: 33,024 km

- Outorga: Resolução ADASA nº 13. 18/07/2022
- Licença Ambiental: L.O nº 053/2010

Figura 20 - APM Quinze.



Fonte: CAESB, 2020.

A seguir são apresentados problemas e o que fazer na Tabela 2.

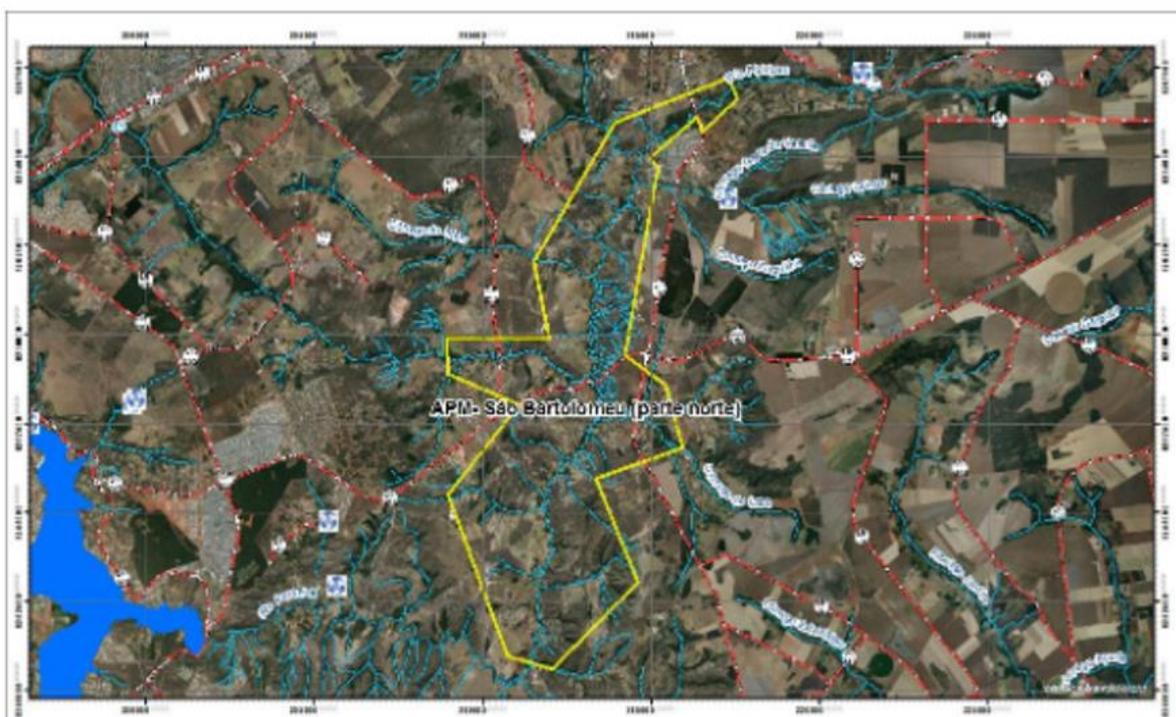
Tabela 18 - Problemas e o que fazer da APM Quinze.

PROBLEMAS	O QUE FAZER?
Presença de processos erosivos (ravinas nas estradas, em especial em direção à captação)	Correção da pista e da estrutura de drenagem e contenção de escoamento
Deposição de resíduos sólidos	Aumento dos pontos de transbordo; Aumento na frequência de coletas; Medidas administrativas punitivas, como aplicação de multas; Campanhas de educação ambiental.
Invasão da área ao lado do muro do Cond. Santos Dumont e do lixão	Atuação da DEMA e DF-LEGAL
Necessidade de manutenção das bacias de contenção das águas pluviais	Manutenção frequente da pista e da estrutura de drenagem e contenção de escoamento.
Capim muito alto ao longo dos aceiros	Roçagem dos aceiros em toda a extensão com mais frequência

4.19 APM São Bartolomeu (Parte Norte)

- **Não está em operação – Reserva estratégica**
- Sistema: Sobradinho / Planaltina
- Captação superficial: -
- Bacia hidrográfica:
- Ocupação Predominante:
- Área da APM:
- Perímetro da APM:
- Outorga:
- Licença Ambiental:

Figura 21 - APM São Bartolomeu (Norte).



Fonte: CAESB, 2020.

4.20 APM São Bartolomeu (Parte Sul)

- **Não está em operação – Reserva estratégica**
- Sistema: Sobradinho / Planaltina
- Captação superficial:
- Bacia hidrográfica:
- Ocupação Predominante:
- Área da APM:
- Perímetro da APM:
- Outorga:
- Licença Ambiental:

Figura 22 - APM São Bartolomeu (Sul).



Fonte: CAESB, 2020.

4.21 APM Bananal

- Sistema: Torto / Santa Maria
- Captação superficial: Bananal (CAP.BAN.001)
- Bacia hidrográfica: Lago Paranoá
- Ocupação Predominante: Loteamento
- Área da APM: 377,47 Ha
- Perímetro da APM: 10,854 Km
- Outorga: DESPACHO ADASA n.º 1037, 18/12/2017
- Licença Ambiental: LO n.º 135/2019

Figura 23 - APM Bananal.



Fonte: CAESB, 2020.

A seguir são apresentados problemas e o que fazer na Tabela 2.

Tabela 19 - Problemas e o que fazer da APM Bnanal.

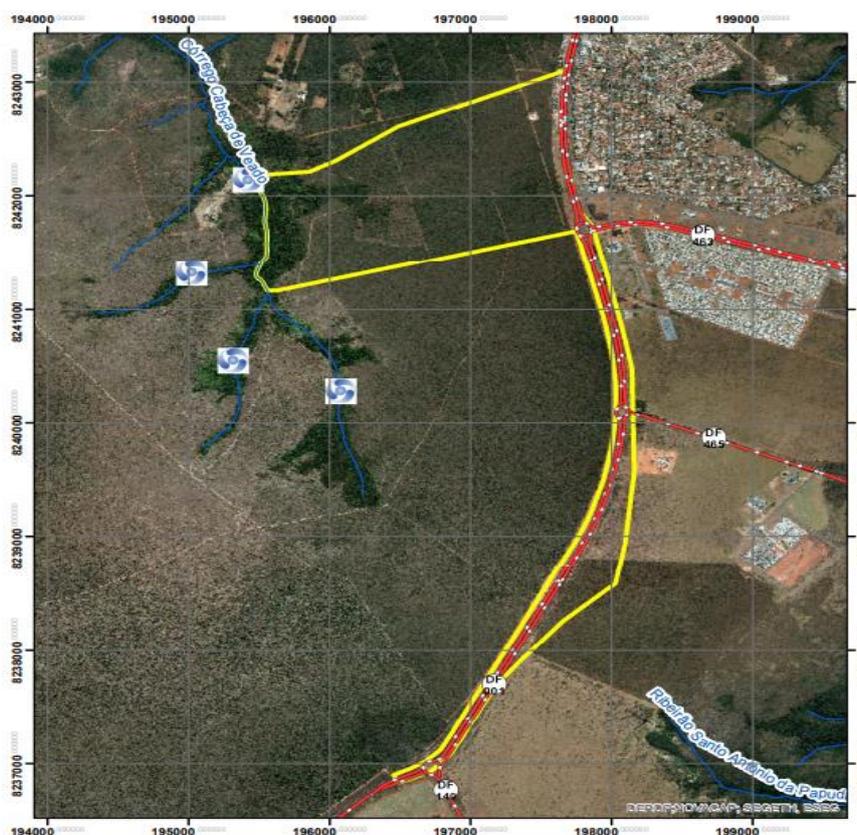
PROBLEMAS	O QUE FAZER?
Presença de processos erosivos (voçorocas do Parque Nacional de Brasília, na margem esquerda do Córrego do Acampamento.	Controle das voçorocas com redirecionamento do fluxo do escoamento superficial
Deposição de resíduos sólidos na margem direita do Córrego do Acampamento	Atuação do DF-LEGAL e do SLU
Presença de áreas urbanas	Atuação do IBRAM
Drenagem da EPIA próximo à entrada do Parque Nacional de Brasília, a montante da captação.	Desvio da drenagem para jusante da captação com controle por meio de bacias eficientes - NOVACAP
Captação com parede de concreto no mesmo nível do terreno, possibilitando contaminação e aumento da turbidez com as águas de alagamento e escoamento.	Elevação da parede do canal - CAESB
Ocorrência de turbidez elevada	Controle das águas pluviais, em especial vindas da margem direita do Córrego do Acampamento - NOVACAP.
Drenagem pluvial por meio do Viveiro II da Novacap e dos quartéis do Exército e acesso de pessoas entranhas ao canal de irrigação do viveiro, com descarte de resíduos sólidos ao longo do canal.	Vistoria em dia de chuva no trecho do Acampamento que passa atrás das áreas do Exército e do Viveiro; Verificação da existência de galeria de águas pluviais que desemboca no córrego e se continua ativa.

Lixão e invasão da Estrutural e resíduos sólidos ao longo da cerca do Parque Nacional de Brasília.	Atuação da AGEFIS e do SLU
Assentamento 26 de Setembro, estrada com ravinas	Drenagem eficiente com o uso de bacias de contenção
Incêndios florestais	Atuação do ICMBIO e CBMDF

4.22 APM Cabeça de Veado

- Sistema: Santa Maria/Torto
- Captação superficial: Cabeça de Veado (CAP.CVD.001), (CAP.CVD.002), (CAP.CVD.003) e (CAP.CVD.004)
- Bacia hidrográfica: Lago Paranoá
- Ocupação Predominante: Formações Savânicas.
- Área da APM: 355,679 Ha
- Perímetro da APM: 18,165 Km
- Outorga: ADASA nº 306, 04/10/2021
- Licença Ambiental: LO nº 160/2019

Figura 24 - APM Cabeça de Veado.



Fonte: CAESB,2020

A seguir são apresentados problemas e o que fazer na Tabela 2.

Tabela 20 - Problemas e o que fazer da APM Cabeça de Veado.

PROBLEMAS	O QUE FAZER?
Captações C.V. I, II e III inativas por falta de troca na tubulação antiga	Substituição da tubulação para viabilizar a captação de água nessas três unidades
Estruturas das barragens C.V. I, II e III com rachaduras ou frtos	Manutenção das estruturas de captação
Captações C.V. I, II, III e IV assoreadas	Limpeza da barragem
Presença de vegetação invasora no plantio de recuperação próximo à captação C.V. IV (perigo de fogo)	Roçagem periódica
Incêndios florestais	Atuação do ICMBIO e CBMDF

4.23 APM Cachoeirinha

- Sistema: Torto / Santa Maria
- Captação superficial: (CAP.CCH.001)
- Bacia hidrográfica: Lago Paranoá
- Ocupação Predominante: Área Urbana.
- Área da APM: 920,710 Ha
- Perímetro da APM: 12,208 Km
- Outorga: DESPACHO ADASA n.º 201, 19/04/2017.
- Licença Ambiental: L.O nº 037/2019



Figura 25 - APM Cachoeirinha.

A seguir são apresentados problemas e o que fazer na Tabela 2.

Tabela 21 - Problemas e o que fazer da APM Cachoeirinha.

PROBLEMAS	O QUE FAZER?
Processos erosivos nas estradas de acesso (ravinas)	Manutenção frequente da pista e da estrutura de drenagem e contenção de escoamento
Deposição de resíduos sólidos e carros roubados/queimados	Aumento dos pontos de transbordo; Aumento na frequência de coletas; Medidas administrativas punitivas, como aplicação de multas; Campanhas de educação ambiental; Ronda policial
Retirada de <i>Pinus sp</i> em plantios florestais com aumento de riscos de invasão da área	Criação de um dispositivo legal de Unidade de Proteção Ambiental que possibilite garantir a área como reserva, impedindo a invasão e urbanização forçada da área, com impermeabilização do solo e consequências negativas diretas na quantidade e qualidade da água da captação
Futura duplicação da DF-250	Consecução de métodos corretos de contenção das águas pluviais
Invasões de terra na bacia	Roçagem dos aceiros em toda a extensão com mais frequência
Incêndios florestais	Atuação do ICMBIO e do CBMDF

4.24 APM Santa Maria

- Sistema: Torto/Santa Maria
- Captação superficial: CAP.SMR.001
- Bacia hidrográfica: Lago Paranoá
- Ocupação Predominante: Agricultura.
- Área da APM: 295,120 Ha
- Perímetro da APM: 8,668 Km
- Outorga: Portaria n ° 575, de 15 de dezembro de 1995.
- Licença Ambiental: L.O n° 1430/2018

Figura 26 - APM Santa Maria.



Fonte: CAESB, 2020.

A seguir são apresentados problemas e o que fazer na Tabela 2.

Tabela 22 - Problemas e o que fazer da APM Santa Maria.

PROBLEMAS	O QUE FAZER?
Presença de processos erosivos (pequenas ravinas nas estradas)	Correção da pista e da estrutura de drenagem e contenção de escoamento (peitos de pombo)
Dificuldade na visualização de hidrantes	Roçagem constante, pinturas novas para conservar e melhorar visibilidade e placas de identificação
Nascente do Barriguda parcialmente fora do Parque Nacional de Brasília	Puxar a cerca do PNB até a pista; Controle maior do uso da terra nas chácaras do campo de murundu da nascente do Barriguda, na área de confluência das rodovias DF-001 e BR-080
Cabeceiras da bacia Córrego Milho Cozido parcialmente fora do Parque Nacional de Brasília	Controle do uso da terra nas chácaras da bacia
Incêndios florestais	Atuação do ICMBIO e CBMDF

4.25 APM Taquari

- Sistema: Torto / Santa Maria
- Captação superficial: Taquari 1 (CAP.TQR.001) e Taquari 2 (CAP.TQR.002)
- Bacia hidrográfica: Lago Paranoá.

- Ocupação Predominante: Vegetação Alterada e Cerrado Nativo.
- Área da APM: 543,710 Ha
- Perímetro da APM: 10,891 Km
- Outorga: DESPACHO ADASA n.º 061, 04/01/2010.
- Licença Ambiental: L.O. n.º 086/99

Figura 27 - APM Taquari.



Fonte: CAESB,2020

A seguir são apresentados problemas e o que fazer na Tabela 2.

Tabela 23 - Problemas e o que fazer da APM Taquari.

PROBLEMAS	O QUE FAZER?
-----------	--------------

Deposição de resíduos sólidos ao longo das estradas	Aumento dos pontos de transbordo; Aumento na frequência de coletas; Medidas administrativas punitivas, como aplicação de multas; Campanhas de educação ambiental
Captação Taquari II assoreada e vazando, perdendo muita água	Manutenção das estruturas de captação
Taquari não está captando (desperdício em potencial)	Ativação do sistema
Presença de gado e cavalos pastando na área da reserva	Aumentar as rondas e providenciar com a Vigilância Sanitária a captura dos animais
Cerca ao longo da DF-001 com alguns pontos sem arame.	Frequência na manutenção das cercas
Parcelamento e invasão da área contígua.	Vigilância e intervenção da DEMA e da AGEFIS
Incêndios florestais	Atuação do ICMBIO e do CBMDF

4.26 APM Torto

- Sistema: Torto / Santa Maria
- Captação superficial: Torto (CAP.TOR.001)
- Bacia hidrográfica: Lago Paranoá.
- Ocupação Predominante: Área de Preservação (UC Parque Nacional de Brasília)
- Área da APM: 1481,530 Ha
- Perímetro da APM: 33,980 Km
- Outorga: Portaria n ° 581, de 15/12/1995.
- Licença Ambiental: L.O. n ° 1430/2018

Figura 28 - APM Torto.



Fonte: CAESB, 2020.

A seguir são apresentados problemas e o que fazer na Tabela 2.

Tabela 24 - Problemas e o que fazer da APM Torto.

PROBLEMAS	O QUE FAZER?
Presença de processos erosivos (ravinas fundas na estrada de terra de acesso ao Torto e de acesso ao Portão 3 do Parque Nacional de Brasília, dificultando a passagem dos carros)	Correção das ravinas, drenagem pluvial com a mudança do escoamento da água pluvial; Viabilização da mudança de rota com chave do portão próximo à tomada d'água
Assoreando o Torto por causa de caixas de empréstimo do Parque Nacional de Brasília a jusante do Santa Maria	Recuperação de áreas degradadas
Turbidez elevada	Recuperação de áreas degradadas
Barragem muito assoreada	Dragagem da barragem
Parcelamento de terra do Lago Oeste na bacia Ribeirão Tortinho	Controle dos órgãos de fiscalização
Incêndios florestais	Atuação do ICMBIO e do CBMDF

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). Outros Sistemas Hídricos. Brasília, DF: ANA, 2023. Disponível em: <https://www.ana.gov.br/sar/outros-sistemas-hidricos/df> .

BRASIL. Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Política Nacional de Recursos Hídricos, Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 jan. 1997.

BRASIL. Distrito Federal. Lei nº 2.725, de 13 de junho de 2001. Institui a Política de Recursos Hídricos e cria o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Distrito Federal. Diário Oficial do Distrito Federal, Brasília, DF, 14 jun. 2001.

Brasil. Distrito Federal. Lei Complementar nº 17, de 28 de janeiro de 1997. Aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT e dá outras providências. Diário Oficial do Distrito Federal, Brasília, DF, 29 jan. 1997.

CAESB - COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL. Legislação. Disponível em: <https://www.caesb.df.gov.br/seca-outras/31-portal/legislacao/leis.html>.

DISTRITO FEDERAL. CATÁLOGO HIDROGRÁFICO DO DISTRITO FEDERAL. Brasília, DF: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Proteção Animal, 2017. Disponível em: <https://www.sema.df.gov.br/wpconteudo/uploads/2017/09/Cat%C3%A1logoHidrogr%C3%A1fico-do-DF-2017.pdf>.

DISTRITO FEDERAL. Lei Complementar 803, de 25 de abril de 2009 que aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal — PDOT e dá outras providências.

DISTRITO FEDERAL. Portaria Conjunta 04 de 20 de outubro de 2020, que estabelece diretrizes para a gestão e o monitoramento das Áreas de Proteção de Mananciais – APM, nos termos dos artigos 95, 97 e 99 da Lei Complementar nº 803, de 05 de abril de 2009, alterada pela Lei Complementar nº 854, de 15 de outubro de 2012, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT/DF.

DISTRITO FEDERAL. CODEPLAN; DEPAT - Diretoria de Estudos e Políticas Ambientais e Territoriais; COEA - Coordenação de Estudos Ambientais. Nota Técnica Nº 05/2023: Análise da Mudança de Uso e Cobertura da Terra nas Áreas de Proteção de Manancial – APM do Distrito Federal: 1985, 1997, 2009 e 2021. Brasília, DF, agosto de 2023.